



# EMPOWER

CONSULTORIA EM ANÁLISE ESTRATÉGICA E RISCO POLÍTICO



## EMPOWER ANTECIPA – Outubro 2021

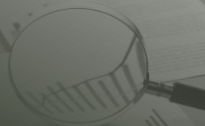
### Relatório Mensal de Cenários Políticos



[www.empowerconsult.com.br](http://www.empowerconsult.com.br)



[contato@empowerconsult.com.br](mailto:contato@empowerconsult.com.br)



## EMPOWER ANTECIPA – Outubro/2021

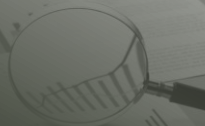
### CENÁRIO POLÍTICO DOMÉSTICO

#### Funcionamento do Governo

A recente revelação, feita pelo projeto Pandora Papers, de que o ministro Paulo Guedes (Economia), assim como o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, mantêm recursos em contas *offshore* no exterior trouxe uma nuvem de incerteza sobre a Esplanada dos Ministérios. Ambos irão depor em outubro sobre este assunto perante comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Há dois desfechos possíveis. Num primeiro cenário, Guedes e Campos Neto conseguem sair ilesos, mas as suspeitas sobre conflitos de interesse vão reduzir o ritmo de avanço da agenda econômica do governo Bolsonaro no Congresso. Num segundo cenário, a possível saída de Paulo Guedes sepultaria de vez as reformas estruturantes que a pasta da Economia tem regularmente submetido à avaliação do legislativo. Naturalmente, também não se pode descartar que a montanha venha a parir um rato, e que a urgência do governo em aprovar sua ambiciosa agenda econômica e fiscal (reformas, precatórios, orçamento, etc.) acabe obrigando o Palácio do Planalto a recorrer ao Centrão como fiador dos dois principais membros da equipe econômica.

#### Relação entre os poderes

Graças à oportuna intervenção do ex-presidente Michel Temer junto ao presidente Bolsonaro, as manifestações pró-governo do 7 de setembro não foram o catalisador para a implosão completa das pontes entre o Palácio do Planalto, por um lado, e o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, por outro lado. Houve uma pacificação na agressiva retórica presidencial, mas todos em Brasília sabem que ela será provisória, e poderá ser rompida a qualquer momento por novos ataques de Bolsonaro. Na prática, a qualidade da relação do Executivo com os demais poderes continua sofrível. Bolsonaro é alvo de 4 inquéritos no STF e de outros 5 inquéritos no TSE. Há um risco de o presidente ser declarado inelegível para 2022, ou mesmo desta mera possibilidade ser usada como pretexto para novos ataques ao judiciário. Já no Congresso, a prova de fogo de Bolsonaro em outubro poderá ser a inconclusa indicação do ex-ministro André Mendonça para o STF. A bola está com o presidente da CCJ do Senado, o senador Davi Alcolumbre, que tem se recusado a pautar a sabatina de Mendonça no colegiado. O êxito eventual do Planalto em garantir, nas próximas semanas, a nomeação de mais um aliado para o Supremo poderá ser um sinal de distensão na relação entre os poderes.



## Opinião pública

Começamos o mês de outubro tendo aprendido a lição de que manifestações de rua não têm o poder determinante sobre o cenário político que alguns apressadamente lhes atribuem. Os protestos favoráveis e contrários ao governo ocorridos em setembro em diversas cidades tiveram efeito rigorosamente nulo sobre os índices nacionais de popularidade do governo Bolsonaro e sobre as pesquisas de intenção de voto para presidente. A taxa média de avaliação positiva do governo nas cinco pesquisas realizadas em setembro caiu para 23,8%, enquanto que a taxa média de avaliação negativa permaneceu nos mesmos 55,0% do mês anterior. Segue atuando, portanto, a tendência anterior de erosão gradativa do saldo de popularidade do atual presidente (que já é amplamente negativo). E nada indica que isso será diferente em outubro, especialmente diante da perda contínua do poder aquisitivo da população. Nas simulações da corrida presidencial, Bolsonaro certamente seguirá sendo derrotado não só pelo ex-presidente Lula mas também (no segundo turno) por nomes como Ciro Gomes, João Dória e Eduardo Leite. Para que esse quadro mude, Bolsonaro teria que produzir algum fato político de grandes proporções, algo que parece estar além do seu alcance.

## Reformas econômicas

O avanço das reformas tributária e administrativa no Congresso tem ocorrido de forma alternada. Na primeira quinzena de setembro, a reforma do imposto de renda concluiu a sua tramitação na Câmara, mas ainda não encontrou no Senado a mesma pressa para ser levada a votação. Na segunda quinzena de setembro, o protagonismo ficou com a reforma administrativa, que foi aprovada na Comissão Especial que discutia o mérito da proposta. Resta agora a votação no plenário da Câmara, com o primeiro turno possivelmente ocorrendo ainda em outubro. A aprovação da PEC 32/20, entretanto, não é algo líquido e certo. A proposta de reforma administrativa que está chegando ao plenário é bem diferente do texto original encaminhado pelo Planalto, mas a resistência ao projeto segue existindo (e não apenas entre a oposição de esquerda). Seja como for, a nossa principal expectativa para o mês de outubro é que os temas tributários voltem a ganhar protagonismo. O governo Bolsonaro alega que a aprovação da reforma do IR (PL 2337/21) no Senado é pré-condição para a viabilização do Auxílio Brasil, mas os senadores têm a sua própria pauta tributária, representada pela PEC 110/19 (que unifica tributos federais, estaduais e municipais). Esta segunda proposta tem grandes chances de ser votada rapidamente na CCJ e no plenário do Senado.



## ***Hot Topics***

*A CPI da Pandemia no Senado finalmente chegará ao seu término no final de outubro, após passar por altos e baixos nos últimos meses. O relatório final, apoiado pela maioria do colegiado, inevitavelmente pedirá o indiciamento do presidente Bolsonaro e de várias outras autoridades e ex-membros do governo. Os aliados do Planalto são minoria na comissão, e certamente não conseguirão aprovar um possível relatório alternativo. Não há, entretanto, efeitos práticos imediatos do pedido de indiciamento de Bolsonaro. A análise do mérito precisará passar pelos canais judiciais previstos na Constituição, num processo cuja duração e desfecho são incertos. Mas o fato de uma CPI encerrar os seus trabalhos pedindo o indiciamento do presidente já será um fato político importante, que produzirá um forte noticiário negativo para o governo. Resta ver como será a reação do presidente Bolsonaro. É possível que se tome como pretexto o relatório da CPI para retomar seus ataques verbais ao Congresso e ao Supremo Tribunal Federal, restaurando o perigoso clima de animosidade institucional observado nas manifestações bolsonaristas do 7 de setembro.*

---

## **Expediente**

A Empower oferece a seus clientes serviços aprofundados de análise de risco político, de planejamentos estratégico e de gestão e gerenciamento de crise visando consolidar negócios no Brasil e no exterior.

### **Conteúdo**

Vera do Val Galante  
Luís Pedroso  
Rogério Schmitt  
Benício Schmidt

### **Diagramação**

Paulo Cesar Galante Siqueira